



ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA DEFINIÇÃO DA AUTORIA EM CRIMES TRIBUTÁRIOS NA JURISPRUDÊNCIA DO TJMG E DO TJSP

Ana Raquel Aladim; Igor Rodrigues de Oliveira; Bernardo Reis Andrade; André Jorge Pacheco Nassar; Julia Pereira Palomares; Laura Fernandes Margato; Letícia Oliveira Guarda; Layla dos Santos Carvalho; Luciano Santos Lopes (Dr.) (Faculdade Milton Campos - orientador)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FACULDADE MILTON CAMPOS
Luciano.lopes@ulife.com.br



RESUMO

A investigação foca no **Direito Penal Tributário**, analisando **autoria e coautoria**. O problema central é a **uniformidade** dos critérios de autoria/coautoria em crimes tributários na jurisprudência brasileira, especificamente nos Tribunais de Justiça de **Minas Gerais (TJMG) e São Paulo (TJSP)**. A hipótese é a **ausência de uniformidade** dogmática. A análise de julgados verificou três premissas: 1) o uso e adequação da **teoria do domínio do fato** em coautoria; 2) o destaque de **conduta específica** relevante para indicar autoria; e 3) a descrição da **análise probatória** para fundamentar a atribuição de autoria.

OBJETIVOS

Avaliar se há, na jurisprudência brasileira, uma definição uniforme sobre quais são os critérios para atribuição de autoria e/ou coautoria nos crimes tributários.

METODOLOGIA

O raciocínio é do tipo **empírico-indutivo**, partindo da observação de julgados específicos (particular) para chegar a conclusões e generalizações amplas. O processo envolveu quatro etapas: 1) **Observação** (jurisprudência do TJMG e TJSP); 2) **Coleta de Dados** (amostra representativa de decisões); 3) **Análise de Padrões**; e 4) **Generalização** da conclusão. Coletou-se 5 anos (2020 a 2024) em 8 Câmaras Criminais do TJMG e 16 do TJSP.

RESULTADOS

O resumo apresenta dados e conclusões da análise de decisões de apelação sobre o crime tributário do **Art. 1º da Lei 8.137/90** nos Tribunais de Justiça de Minas Gerais (**TJMG**) e de São Paulo (**TJSP**), focando na atribuição de autoria/coautoria.

TJMG (23 Decisões)

Conclusões: A **Teoria do Domínio do Fato** foi usada de forma **expressa e adequada** em **pequena parte** dos casos com coacusados. Mais da metade das decisões analisou expressamente a **ação/omissão**.

TJSP (36 Decisões)

Conclusões: A maior parte dos casos com coacusados fez uso **expresso e adequado** da **Teoria do Domínio do Fato**. Mais da metade das decisões analisou expressamente a **ação/omissão**.

CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa **confirmam a hipótese inicial de falta de uniformidade dogmática** nos critérios de autoria/coautoria em crimes tributários no TJMG e TJSP, o que afeta a previsibilidade. Contudo, há uma **tendência de evolução**. Um vício identificado é o uso de conceitos como **omissão ou domínio do fato** para justificar a **incapacidade de produção probatória** em alguns julgamentos.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, Beatriz Corrêa. *A teoria do concurso de pessoas: uma investigação analítico-estrutural a partir da controvérsia sobre o conceito de instigação*. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons, 2018.
LOPES, Luciano Santos. *Injusto penal: a relação entre o tipo e a ilicitude*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
ROXIN, Claus. *Derecho Penal*: Parte General Tomo. Madrid: Thomson Civitas. 2008. Trad. De la 2 edición alemana y notas por Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conledo, Javier de Vicente Remedal.

AGRADECIMENTOS

Projeto vinculado ao Programa Pró-Ciência 2025/1, do Ecossistema Ánima.